

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.341 - SP (2019/0355648-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : GABRIEL MARTINS RIBEIRO CALZE
ADVOGADO : GABRIEL MARTINS RIBEIRO CALZE - SP376044
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAMELA CAROLINE OLIVEIRA CAMPOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ART. 155, § 4.º, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL, POR 165 (CENTO E SESSENTA E CINCO) VEZES, NA FORMA DO ART. 71, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. ALEGADO DIREITO À PRISÃO DOMICILIAR. TESE DE QUE A APENADA CUMPRE PENA EM ESTABELECIMENTO INADEQUADO. MATÉRIAS NÃO SUBMETIDAS À APRECIÇÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PEDIDO DE *HABEAS CORPUS* LIMINARMENTE INDEFERIDO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de PAMELA CAROLINE OLIVEIRA CAMPOS, apontando como Autoridade Coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A Paciente foi condenada à pena de 5 (cinco) anos, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 2.280 (dois mil, duzentos e oitenta) dias-multa, como incurso no art. 155, § 4.º, inciso II, do Código Penal, por 165 (cento e sessenta e cinco) vezes, na forma do art. 71, ambos do Código Penal.

A sentença condenatória foi integralmente mantida pela Corte de origem, que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela Defesa.

Irresignada, a Defesa interpôs recurso especial, que foi inadmitido, verificando-se o trânsito em julgado da condenação.

Neste *writ*, o Impetrante alega, em síntese, que a Apenada faz jus à prisão domiciliar, por ser mãe de duas crianças menores de 12 (doze) anos de idade.

Afirma, ainda, que a Paciente cumpre pena atualmente em uma Delegacia de Polícia.

Pede, em liminar e no mérito, que seja concedido à Paciente o direito de

Superior Tribunal de Justiça

cumprir sua pena em prisão domiciliar.

É o relatório. Decido.

Da acurada leitura do acórdão impugnado, observa-se que as matérias suscitadas neste *writ* não foram examinadas pelo Tribunal *a quo*. Desse modo, as questões não podem ser apreciadas originariamente por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância.

Exemplificativamente:

"[...]

3. *O capítulo acerca da concessão da prisão domiciliar não foi devolvido para o Tribunal a quo, nem por ele foi apreciado, tanto por ocasião da apelação, quanto por meio de dos embargos declaratórios. Portanto, como não há decisão de Tribunal, inviável a apreciação do tema por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância e alargamento inconstitucional da hipótese de competência do Superior Tribunal de Justiça para julgamento de habeas corpus, constante no art. 105, I, 'c', da Constituição da República, que exige decisão de Tribunal.*

"[...]

5. *Habeas corpus não conhecido.*" (HC 534.526/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 12/11/2019.)

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210, do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora